



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **11/08/2018**

Aprovado em: **12/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.11>

EQUOTERAPIA E PRATICANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: OLHARES PEDAGÓGICOS/HIPPOTHERAPY AND PRACTICERS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: PEDAGOGICAL LOOKS/HIPOTERAPIA Y PRACTICANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: MIRADAS PEDAGÓGICAS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

DANIELA RAYANE SANTOS DA CONCEIÇÃO, RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE MENDONÇA, EUNICE MARIA DA SILVA

RESUMO

O objetivo deste trabalho é ressaltar a dimensão pedagógica das atividades equoterápicas, com ênfase nos praticantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são desenvolvidas no Centro de Equoterapia Superação (CES) do 20º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia, no município de Paulo Afonso. Trata-se de um recorte de estudo monográfico em andamento, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, utilizando a observação não participante e o questionário como recurso de coleta de informações. Os participantes do estudo foram 13 pais de praticantes e 04 pedagogos colaboradores do CES. Os dados analisados evidenciaram a condição diferenciada de melhor estado de ser e do progresso cognitivo e comportamental desses alunos, sobretudo no que se refere a respostas positivas em situações de aprendizagens.

Palavras-chave: Dimensão pedagógica. Equoterapia. Praticantes com TEA.

ABSTRACT

The objective of this work is to highlight the pedagogical dimension of the equo-therapeutic activities, with emphasis on the practitioners with Autism Spectrum Disorder (ASD), which are developed at the Center of Hippotherapy Superação (CES) of the 20th Battalion of the Military Police of the State of Bahia, in the municipality by Paulo Afonso. This is a monographic study in progress, of a qualitative approach, of the case study type, using non-participant observation and the questionnaire as a resource for gathering information. The participants of the study were 13 parents of practitioners and 04 pedagogues collaborators of the CES. The analyzed data evidenced the differentiated condition of better state of being and the cognitive and behavioral progress of these students, especially with regard to positive responses in learning situation.

Keywords: Pedagogical dimension. Hippotherapy. Practitioners with ASD.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es resaltar la dimensión pedagógica de las actividades equoterápicas, con énfasis en los practicantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), que se desarrollan en el Centro de Equoterapia Superação (CES) del 20º Batallón de la Policía Militar del Estado de Bahía, en el municipio de Pablo Afonso. Se trata de un recorte de estudio monográfico en curso, de abordaje cualitativo, del tipo estudio de caso, utilizando la observación no participante y el cuestionario como recurso de recolección de informaciones. Los participantes del estudio fueron 13 padres de practicantes y 4 pedagogos colaboradores del CES. Los datos analizados evidenciaron la condición diferenciada de mejor estado de ser y del progreso cognitivo y conductual de esos alumnos, sobre todo en lo que se refiere a respuestas positivas en situaciones de aprendizajes.

Palabras clave: Dimensión pedagógica. Hipoterapia. Praticantes con TEA.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a dimensão pedagógica das práticas equoterápicas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), realizadas no Centro de Equoterapia Superação (CES), no município de Paulo Afonso-BA. Trata-se de um recorte de pesquisa monográfica em andamento, na qual, se questiona limites e possibilidades de atuação do pedagogo na modalidade de terapia equestre, envolvendo praticantes com TEA.

O interesse pela temática em estudo se revelou nos primeiros semestres do curso de Pedagogia, a partir das experiências de monitorias voluntárias, integrando a equipe multidisciplinar do CES, localizado no 20º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia (20º BPM), no município de Paulo Afonso. Na referida equipe, colaboram pedagogos, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e

assistentes sociais, que utilizam seus conhecimentos para proporcionar aos praticantes o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando sempre a singularidade do sujeito.

A equoterapia, além de ser utilizada para a recreação e esportes, também é uma ferramenta importante para o processo educativo. O picadeiro que antes era apenas para treinar o cavalo e o cavaleiro, agora se torna um espaço de contínuas aprendizagens, principalmente para os praticantes com Autismo.

As relações entre o TEA e a equoterapia tem sido alvo de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento, pela peculiaridade dessa estratégia de intervenção, que utiliza o movimento tridimensional do cavalo, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades dos praticantes, proporcionando situações de aprendizagens significativas que provocam modificações procedimentais e atitudinais, a começar pela aproximação com o cavalo e o universo equoterápico.

Vale situar a dimensão pedagógica das atividades propostas em área específica de equoterapia, sobretudo pela possibilidade de pensar e agir pedagogicamente em espaço educativo não formal e inclusivo, com o objetivo de potencializar a qualidade de vida de pessoas com TEA.

Sendo assim, o pedagogo atuando em um espaço fora da escola, também poderá intervir no processo educacional, visto que o fenômeno educativo poderá ser vivenciado em todos os lugares e, de acordo com o qual, novas configurações de ensino-aprendizagem precisam ser consideradas, tomando como ponto de partida as necessidades de aprendizagens que, ao longo da história da humanidade, se apresentam diversas, requerendo dos pedagogos, estratégias metodológicas fundamentadas em concepções de educação que considerem espaços, tempos e contextos diferenciados de aprendizagens.

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

O conceito de educação e o lugar onde a mesma ocorre passou por diversas mudanças, sendo o espaço não formal um novo olhar sobre o fazer pedagógico, visto que a educação perpassa por diversas esferas da sociedade.

Para Morin (2000, p. 37), a sociedade significa mais que um contexto, correspondendo a um todo organizado do qual fazemos parte. Logo, se fazemos parte da sociedade, reproduzimos comportamentos, valores e ideias; produzimos meios para o surgimento de novos pensamentos e novas estruturas.

Assim, pode-se pensar a educação não formal como um espaço de transformação, diferentes significados, de outras identidades e saberes, correspondendo, assim, a um espaço que contribui com os espaços formais de educação, na medida em que o comprometimento do pedagogo seja um instrumento para repensar as práticas pedagógicas.

É através da educação que as transformações acontecem, pois, se trata de um processo contínuo e essencial do conhecimento, em prol da aprendizagem que ao longo do tempo, passa por diversas modificações, possibilitando reflexão-ação diante de situações da vida e do mundo, especialmente pelo fato de que, no decorrer da história, a denominação da função do pedagogo foi modificando-se de acordo com as diferentes formas de organização da sociedade, exigindo-lhe atuação também na educação não formal, partindo do princípio que a educação é inerente aos processos humanos, constituindo-se parte da vida.

O pedagogo é o profissional que medeia o conhecimento que o aluno possui para chegar a uma finalidade, ou seja, proporcionar o aluno a compreender o objeto em outras dimensões. A educação possibilita o conhecimento geral, sendo o pedagogo esse facilitador entre os conhecimentos globais e a particularidade de cada um.

Neste contexto, é cabível o questionamento: qual o lugar do pedagogo diante do diverso e das questões interdisciplinares que a educação exige na contemporaneidade? O espaço não formal traria uma contribuição para se pensar o sentido da prática pedagógica. Ao trazer à tona estes questionamentos, faz-se necessário um rebuscar do conceito de educação proposto por Libanêo (2002, p.30), a partir do qual, se compreende que “a educação é o conjunto das ações, processos, influências e estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social”.

Para falar da educação não formal é preciso distinguir a educação formal, informal e não formal, visto que esses conceitos são carregados de sentidos. Para Gohn (2006, p.30), na educação formal é esperada uma aprendizagem efetiva (que nem sempre é alcançada), além da certificação e titulação que capacitem os indivíduos e possibilitem a estes seguirem graus mais avançados, enquanto que a educação informal não possui estruturação definida de conhecimentos, surgindo os seus resultados a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

Já a educação não formal, de acordo com a mesma autora (2006, p.28), possui características que a distinguem das outras formas de educação, sendo aquela que se aprende no “mundo da vida”, a partir de processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Considerando o teor do texto dos incisos IV e V do artigo 5º da Resolução CNP/CP n.1 de 15/05/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, reporta que

Art. 5º - O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

É importante que a prática pedagógica esteja voltada aos pilares da educação, proposto por Jacques Delors no relatório da UNESCO (2010, p. 31), onde, “a educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”, pelo fato de que o educando precisa compreender estas dimensões, sendo o educador o responsável por facilitar a compreensão deste, estimulando a integração dos seus saberes próprios às novas concepções de mundo adquiridas.

Reconhecendo que ao interagir com o outro, aprende-se também, pode-se inferir que o pedagogo é aquele que medeia as ações, em vista da promoção ou adequação dos processos de aprendizagens. Para tanto, é necessário que o educando se sinta autônomo e preparado para as situações cotidianas, e desse modo, corresponda, como menciona Cunha (2017, p. 31): “[...] a árvore é alimentada e alimenta. Abriga e ensina aos passantes à sua sombra. Sustenta os que se aconchegam e fazem seus ninhos e, como um pássaro, prepara ali uma nova geração para voar”.

No que compete à sua função, o educador é o facilitador da aprendizagem e, para isso, precisa compreender o contexto histórico em que a educação está inserida para relacioná-lo às diversas áreas do conhecimento. A afirmação se comprova no texto de Morin (2000, p.39), de acordo com o qual, “[...] a educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global”.

O profissional da pedagogia deve considerar as experiências do educando e explorar o espaço não formal em sua diversidade, considerando aspectos que são importantes para a constituição do sujeito, proporcionando, também, para os espaços formais (escola), diferentes abordagens e reflexões sobre a educação.

A EQUOTERAPIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO FORMAL

A Associação Nacional de Equoterapia (ANDE) define Equoterapia como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de Saúde, Educação e Equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência ou com necessidades especiais, e que utiliza o cavalo como agente cinesioterapêutico, para inserir e reinserir socialmente o indivíduo.

Os programas básicos em equoterapia são a hipoterapia, educação/reeducação, pré-esportivo, prática esportiva e paraquestre. A ANDE-Brasil tem como missão, através da equoterapia, oferecer a reabilitação, educação e inserção social, para que a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou necessidades especiais seja cada vez melhor.

A equoterapia é um método adotado pela ANDE-Brasil, sua sede fica localizada em Brasília/DF, sendo fundada em 1989 por militares e civis (SEVERO, 2010). Ainda, conforme Severo (2010, p. 18), é possível perceber a importância do uso do cavalo e da representação do mesmo na história da humanidade, pois,

o emprego do cavalo no campo da reabilitação humana tem raízes profundas na história da civilização. A mitologia, exemplificada na figura do centauro, um ser metade homem e metade cavalo, e as artes, nas pinturas rupestres de Lascaux, na França, datadas de 15 mil anos, registram o cavalo em sua relação com o ser humano e como agente terapêutico.

Ainda segundo o mesmo autor (p. 19), no século XX, a Inglaterra e os Estados Unidos, reconheceram o ato de montar a cavalo como forma de tratamento e reabilitação das pessoas que estavam com comprometimento na mobilidade corporal, visto que os soldados feridos durante a Primeira Guerra Mundial obtiveram relevantes graus de recuperação, logo depois, a equitação terapêutica serviu como recreação e para fins educacionais.

O coronel de cavalaria Lélío de Castro Cirillo afirma que a equitação proporciona ao cavaleiro o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança, aumentando a vontade, a decisão, e a capacidade de pensar em soluções dos problemas, além de instigar o espírito de liderança (CIRILLO *apud* SEVERO, 2010). De acordo com Severo (2010, p. 21-22), estes são alguns princípios gerais da equoterapia:

1. O sujeito que recebe a atenção do pessoal dedicado à equoterapia é o praticante. Em seu benefício, deve-se agir com o máximo de zelo, com o melhor da capacidade profissional; o praticante deve ser tratado como cidadão;
2. O profissional da equoterapia deve sempre utilizar seu conhecimento e o melhor progresso científico em benefício do praticante (o sujeito que faz a terapia);
3. O profissional da equoterapia, como função de diretor, deve assegurar as condições mínimas para o desempenho ético e profissional do tratamento;
4. As relações entre o pessoal dedicado à equoterapia devem se basear no

respeito mútuo, na situação profissional, na interdisciplinaridade da equoterapia. Todos devem atender ao interesse e buscar bem-estar do praticante e o aprimoramento da ciência.

A imagem que acompanhará o praticante chama-se acompanhante terapêutico (AT); ele

deve possuir maturidade para compartilhar e planificar a tarefa, numa equipe interdisciplinar [...], a capacidade de empatia- isto é, a possibilidade de colocar-se no lugar do outro e de compreendê-lo – é fundamental para o desempenho adequado da tarefa (AZEVEDO, 2010, p. 273).

É importante que o terapeuta mantenha um diálogo que aproxime o praticante. Essa relação precisa ser natural tanto do terapeuta quanto do acompanhante (outro profissional). “no contexto da equoterapia, isso significa observar os sentimentos e as necessidades do praticante com respeito” (SILVA, 2010, p. 283).

Os princípios gerais das bases éticas em equoterapia, descritos por Severo (2000, p. 27) são:

- *Liberdade individual/autonomia*: refere-se à melhor política social [...];
- *Aplicação do conceito de direito*: refere-se ao respeito devido a todo ser humano, em defesa da sua dignidade. O praticante não deve ser tratado por suas deficiências; ao contrário, devem-se exaltar suas potencialidades [...];
- *Utilidade/beneficência*: Nas relações de ‘eficiência x eficácia’, este princípio, assim como os demais, baseia-se nos sistemas de avaliação da equipe técnica da equoterapia (multiprofissional e interdisciplinar) e nas relações com outros profissionais de referência;
- *Justiça/direito de todos*: refere-se a todos os seres humanos, com igual oportunidade de acesso à equoterapia [grifos do autor].

Os conhecimentos dos profissionais devem sempre estar voltados para o benefício do praticante para que cada profissional, em seu exercício, mantenha o cuidado e o acolhimento com as pessoas que praticam a equoterapia. No que se refere ao relacionamento entre os profissionais e a família, deve-se buscar um espírito de equipe, onde um auxilia o outro, pois, tanto o praticante quanto a família lida com incertezas desde a recuperação aos problemas enfrentados pela exclusão.

A exclusão está vinculada aos conceitos prévios que a sociedade foi produzindo ao longo do tempo, não respeitando a diversidade própria do ser humano. Os direitos das pessoas com deficiência, ao serem assegurados, representam uma das formas de expressão daqueles que precisam ser ouvidos.

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM EQUOTERAPIA E O PRATICANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Diversos são os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os sinais podem aparecer nos primeiros anos de vida, porém, as causas ainda são desconhecidas, pois, as manifestações e sintomas tendem a variar.

Segundo Cunha (2015, p.20), “o termo autismo origina-se do Grego *autós*, que significa ‘de si mesmo’” [grifo do autor]. No século XX, o psiquiatra Eugen Bleuler, buscando compreender o porquê do retraimento e da fuga da realidade presentes nos pacientes com esquizofrenia, empregou pela primeira vez o termo autismo, no ano de 1911.

Conforme Orrú (2016), em 1943, o psiquiatra austríaco Léo Kanner, iniciou os estudos sobre os comportamentos classificados como estranhos e que eram peculiares de um grupo de crianças, pois, estas apresentavam gestos repetitivos, chamados de estereotípias, e dificuldade em se relacionar com o outro.

Segundo a mesma autora, a partir dessas observações, Kanner percebeu que os sintomas eram próprios daquele grupo de crianças e, em 1943, publicou um artigo descrevendo um caso de 11 crianças que apresentavam o mesmo quadro, denominando assim de “Distúrbios autísticos do contato afetivo”.

Em 1993, a Organização Mundial da Saúde (OMS), na décima versão do Código Internacional de Doenças (CID-10), categorizou o autismo como “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento”. Com a criação deste termo, Cunha (2015), relata que foram divididos alguns distúrbios com quadros autísticos, sendo chamado de síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.

De acordo com Orrú (2016), no ano de 2013, em um congresso anual da Associação de Psiquiatria Americana (APA), na quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), houve alteração no que se refere à nomenclatura, antes Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs), por apenas “Transtorno do Espectro Autista”.

Para diagnosticar o autismo, existe uma tríade principal, ou seja, conjunto de comportamentos agrupados, sendo eles, o comprometimento na comunicação, dificuldade na interação e atividades restrito-repetitivas.

O emprego dos gestos e das palavras com a finalidade de se comunicar, nem sempre atinge o objetivo interacional. A pessoa com autismo mostra resistência à mudança de rotina, ou seja, se algo sair de sua rotina é o mesmo que retirar de sua zona de conforto.

Como explica Orrú (2016, p. 37), a criança com autismo “[...] quando contrariada ou não compreendida, pode se autoagredir, ou ficar horas observando algo que lhe chame a atenção, e perplexa diante da alta sonoridade ou, ainda, irritada ao menor ruído”.

Na infância, as dificuldades e potencialidades das pessoas com autismo precisam ser trabalhadas, cabendo aos pais e professores investirem nas habilidades de cada criança, realizando assim um trabalho coletivo.

A socialização do indivíduo é fundamental. A comunicação com o outro, seja verbal ou não verbal possibilita a realização tanto das atividades simples quanto das mais complexas. Para Orrú (2016, p. 37), a pessoa com autismo precisa manter-se “[...] em contato com o mundo real fora dos muros da segregação que não o preparam para uma vida em sociedade a partir de suas singularidades, levando-se em conta sua subjetividade”.

Assim também, devem ser pensadas as atividades pedagógicas alternativas, intencionando sempre o aprendizado, para que seja possível uma nova trajetória.

É com esse olhar que se insere a dimensão pedagógica equoterápica para o praticante com TEA, uma vez que a equoterapia constitui-se de um método terapêutico e pedagógico que utiliza o cavalo, a partir de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, da educação e da equitação, com o objetivo de um desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais (ANDE-BRASIL, 2004).

Essa atividade requer o envolvimento integral do corpo, ação que favorece o fortalecimento e o desempenho do tônus e da força muscular, aspectos indispensáveis para quaisquer atividades pedagógicas. Pode-se afirmar, ainda, que a inclusão do praticante com TEA no universo equoterapêutico contribui com a dinâmica de equilíbrio, conscientização do próprio corpo, aperfeiçoamento da coordenação motora, da atenção e da autoestima (SEVERO, 2010).

Nesta perspectiva, o pedagogo na equoterapia, precisa ter um mínimo de conhecimento sobre os movimentos humanos. Para isso, são ofertados cursos pela ANDE-Brasil ou até no próprio Centro de

Equoterapia. No que concerne às atividades que o pedagogo promoverá, é essencial que seja pensada junto aos movimentos do praticante e do cavalo.

Severo (2010) é enfático ao falar que é preciso compreender os aspectos socioculturais dos movimentos humanos, além de suas dimensões histórica, pedagógica e social, para que envolva todas as disciplinas relacionadas aos movimentos.

O ambiente onde acontece o atendimento é, geralmente, no picadeiro ou no espaço aberto do estabelecimento. Este se constitui um agente de grande importância para o praticante, podendo aprender diversos significados, uma vez que estando em cima do cavalo as percepções do espaço ao seu redor tendem a desenvolver.

Para as pessoas com TEA é fundamental a presença e atuação da família, pois, “os pais também podem atuar como agentes terapêuticos” (SEVERO, 2010, p. 200). O praticante sente-se mais confiante ao estar junto de alguns familiares, pois, fazem parte do convívio, do dia a dia, fazendo com que aquele ambiente não seja estranho.

De forma breve, vale ressaltar os profissionais que atuam na Equoterapia, dentre eles: o psicólogo, o fonoaudiólogo, assistente social e o pedagogo. Cada profissional tem sua função específica, mas, todos precisam trabalhar com o objetivo principal: fazer com que o praticante com TEA desenvolva-se integralmente, e tenha acesso às atividades realizadas na equoterapia.

Ao falar da importância que tem a equipe para os resultados dos trabalhos, Ruschel (2010, p.285) observa que na

[...] atuação de diferentes centros de equoterapia, em contextos distintos, tanto no Brasil como em outros países, percebemos a importância do trabalho multiprofissional e interdisciplinar. Quanto mais ampla a equipe, mais enriquecedor torna-se o trabalho.

O pedagogo junto com outro profissional poderá também fazer perguntas ao praticante em relação ao ambiente, uma vez que

uma das vantagens da equoterapia é o ambiente, que, muitas vezes, é amplo e aberto, viabilizando o contato com a natureza (dependendo do local da prática), além de contar com brinquedos e com o cavalo, que é o grande fator diferencial (SILVA, 2010, p.282).

Isso ocorre em pequenos intervalos quando algumas atividades são propostas pelo pedagogo. Por isso,

[...] o emprego do cavalo deve ser o mais ativo possível, com jogos e exercícios de destreza e equilíbrio. Essas atividades promovem melhor orientação temporal e espacial e colaboração dentro do grupo, permitindo alcançar os objetivos educacionais e sociais (SEVERO, 2010, p. 315).

Segundo Silva (2010, p. 282), os brinquedos podem ser adaptados à equoterapia, “o brinquedo é o meio pelo qual se estabelece a relação terapêutica”. Outro recurso importante são os jogos que proporcionam a leitura e a decodificação de imagens.

Para Cirillo, além dos benefícios físicos, na prática da equoterapia,

[...] existe a oportunidade do desenvolvimento tanto na destreza e robustez corporal como das qualidades morais. A equitação proporciona força física,

fortalece a autoimagem e a autoconfiança e desenvolve a vontade (motivação), o espírito de decisão, a iniciativa e a resolução de problemas (CIRILLO *apud* SEVERO, 2010, p. 296).

Quando a prática de estar no cavalo começa a ser uma constante, o praticante com TEA obtém ganhos, tais como, confiança, afetividade, capacidade de decidir, de comunicar-se sobre suas emoções (medo, alegria, dúvidas). Para Severo (2010, p. 314), “o praticante passa a ter a oportunidade de descobrir sua identidade e, ao se confrontar com seus medos, adquire consciência de seus limites e também das suas potencialidades”.

O praticante com dificuldades de aprendizagem recebe vários estímulos quando propostos exercícios e materiais pedagógicos. O pedagogo poderá propor resoluções de tarefas de acordo com cada diagnóstico, ou seja, focalizando no desenvolvimento específico de cada necessidade.

A equipe, em especial o profissional da educação, precisa manter sempre reflexões e avaliações diante das atividades e práticas propostas para o educando/praticante, para que sua intervenção garanta a integralidade do sujeito, pois, “o desenvolvimento do educando pressupõe o desenvolvimento das diversas facetas do seu ser humano: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e o modo de viver” (LUCKESI, 2000, p. 126).

Sendo assim, a educação e o desenvolvimento do educando é um processo contínuo, necessitando da sua efetividade na prática pedagógica. É de grande importância o reconhecimento dos espaços não escolares, bem como a atuação do pedagogo nestes espaços educativos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se insere numa abordagem qualitativa, pois, ensejou estabelecer uma “[...] relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SOUZA, 2007, p. 39).

Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, realizada no Centro de Equoterapia Superação do 20º BPM, no município de Paulo Afonso-BA. Segundo Souza (2007, p. 42), a pesquisa de campo “[...] é elaborada em campo aberto, junto à natureza ou à sociedade. Melhor será dizer que é feita no terreno, junto do objeto de estudo”.

É oportuno enfatizar que o CES é o único espaço no município a oferecer atividades equoterápicas, sendo adequado o estudo de caso para os fins pretendidos, pois, “deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 17). “O princípio básico do estudo de caso é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18).

A coleta de informações se deu através da observação não participante e a aplicação de questionário a 13 acompanhantes dos praticantes com TEA e 03 pedagogos que desenvolvem atividades equoterápicas.

Gil (1999) destaca que para a observação se tornar um procedimento científico, deve servir a um objetivo formulado de pesquisa e ser sistematicamente planejada; na observação o pesquisador deve saber quais os aspectos ou grupo são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Quanto ao uso de questionário, o autor esclarece que este instrumento se caracteriza por “um conjunto de questões que são respondidas por escrito” (GIL, 2010, p. 102), sendo tais procedimentos adequados para os fins pretendidos neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão discutidos os dados obtidos a partir de questionários aplicados aos pais

(acompanhantes dos praticantes com TEA) e aos pedagogos do Centro de Equoterapia Superação (CES). Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, serão utilizadas as identificações fictícias de AC1 e AC2 para sinalizar as falas dos pais acompanhantes e; P1, P2 e P3 para as falas dos pedagogos colaboradores.

Foram realizadas quatro perguntas com objetivo de evidenciar possíveis melhorias obtidas pelos praticantes a partir da percepção dos pais. Já para as profissionais, seis questões buscaram conhecer melhor a dimensão pedagógica das atividades de equoterapia envolvendo praticantes com TEA.

Toadas a terças feiras, das 8:00 h às 11:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, o Centro de Equoterapia Superação, localizado no 20º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Bahia, em Paulo Afonso, realiza o atendimento de crianças autistas em parceria com o projeto Girassol, do Núcleo de Atendimento a Pessoa com Deficiência, vinculado às ações extensionistas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VIII).

DIZERES DOS PAIS ACOMPANHANTES

Foram recolhidos 14 questionários aplicados aos pais acompanhantes. A primeira pergunta procurou saber se o praticante possuía diagnóstico clínico, assim também como o grau do TEA do praticante, a partir dos laudos.

Os resultados obtidos mostraram que 09 dos 14 praticantes estão enquadrados no grau leve; 04 no moderado e apenas 01 no severo. De acordo com o DSM – V (APA, 2014), essas classificações, que variam do Nível de gravidade 1 (leve), 2 (moderado) e 3 (severo), procuram descrever as principais dificuldades nas áreas de comunicação, interação social e comportamento, enfrentados por essas pessoas. Dessa forma, é de extrema importância que se conheça esse diagnóstico, para que sejam propostas as atividades que trabalhem de maneira eficiente as áreas em que os praticantes enfrentam maiores desafios.

Nesse cenário, o pedagogo possui papel fundamental na equoterapia, pois, por si só, a prática não trará ganhos reais para a aprendizagem do praticante. Cabe a esse profissional fazer um planejamento prévio, através de anamneses, de modo a conhecer melhor o indivíduo, possibilitando estimular suas potencialidades cognitivas, emocionais e físicas, através da mediação equoterapêutica.

Segundo Orrú (2003, p.4),

pensando na pessoa com transtornos invasivos do desenvolvimento e sua complexidade, clarifica-nos de modo crucial que a aprendizagem por meio de exposições diretas a estímulos diversos, tanto visuais como auditivos ou táteis não contribui para sua formação intersocial e desempenho das estruturas cognitivas.

Observou-se que antes do início do atendimento, todos os participantes são acolhidos de modo a interagir não apenas com os profissionais, mas também com os equinos, reduzindo ansiedades e medos e permitindo uma melhor socialização com as pessoas e o ambiente. Durante as sessões, que duram em torno de vinte minutos, é realizado um passeio no trajeto para o picadeiro, permitindo aos profissionais o diálogo com o praticante, estimulando a comunicação e atenção no ambiente.

No decorrer da terapia, são realizadas atividades que busquem estimular a agilidade, atenção, responsividade, lateralidade, distinção de formas, cores, reconhecimento de letras e números, através de diferentes práticas. Para isso, são utilizados recursos pedagógicos estruturados e não estruturados, tais como argolas e bolas plásticas com cores diversas, placas com números e letras, aros fixados no chão para acerto no alvo, dentre outros.

Orrú (2003) explica que pessoas com transtornos invasivos do desenvolvimento, tais como autistas, quando expostos a estímulos sem que haja um profissional com competência técnica para mediar essa prática, acabará deixando o praticante mais estressado e, invalidando, conseqüentemente, o esforço do seu desempenho. Assim, o pedagogo deve buscar equilibrar e dosar o nível desses estímulos de maneira a usá-los a favor do indivíduo, que segundo Brasil (2007) devem complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com o objetivo de permitir a essas pessoas maior independência, seja na escola ou nos variados ambientes da sociedade.

A segunda questão buscou conhecer quais as principais dificuldades enfrentadas pelos praticantes na visão de seus responsáveis, divididas na tríade de Interação Social, Comunicação e Comportamento (Estereotípias). Sabe-se que o déficit nesses aspectos impacta diretamente no desenvolvimento dessas pessoas, uma vez que o autismo

afeta o desenvolvimento global [...] a nível da interação social recíproca, com notório e acentuado comprometimento nos comportamentos não-verbais, nomeadamente referentes ao contato através do olhar, ao uso das expressões faciais para as diversas emoções ou situações, aos gestos inadequados, assim como relativos à postura corporal, a qual se manifesta igualmente deficitária e desajustada (CAVACO, 2015, p.23).

As respostas foram variadas, onde 05 dos 13 responsáveis (um pai possui dois filhos no atendimento) responderam que os principais desafios estão apenas nas áreas de comunicação e interação. Outros 05 responderam que a comunicação não funcional e o uso de estereotípias eram os maiores problemas, enquanto quatro relataram possuir todos os três sintomas. Dessa forma, a equoterapia torna-se uma ferramenta de grande importância para a melhora desses sintomas, pois, permite aos praticantes “acelerar o processo de desenvolvimento de potencialidades, responsável pela integração pessoal e social da pessoa com dificuldades e/ou deficiências, integra o paciente, o cavalo e os profissionais envolvidos, favorecendo assim uma sadia sociabilidade” (SILVA, 2006, p.33).

A partir do já exposto, cabe destacar que essa prática permite que os atendidos, mesmo com graus diferentes dentro do espectro autista, possam se beneficiar ao mesmo tempo dos vários estímulos propiciados por ela, cabendo ao pedagogo orientá-los de acordo com a necessidade. Vale dizer que esse trabalho é feito juntamente com uma equipe multidisciplinar que envolve, além de profissionais da educação, os da saúde e equitação, sempre buscando o desenvolvimento integral do indivíduo.

O contato com o cavalo e as atividades desenvolvida em ambientes abertos permitem ao autista a descoberta de “um mundo novo e diferente, cheio de possibilidades, onde muitos ganhos são adquiridos, sendo a relação afetiva um dos principais, ultrapassando barreiras e modificando de forma positiva sua rotina” (SOUZA e SILVA, 2015, p. 16).

Ao serem questionados se eles perceberam melhoras nos sintomas após os atendimentos, todos os pais disseram observar uma melhora significativa nas áreas de interação (7), comunicação (5), estereotípias (5), concentração (4) e coordenação motora (1). Foi interessante notar que muitos descreveram que os praticantes melhoraram em outros aspectos como atenção, responsividade e obediência aos comandos solicitados.

Esses benefícios são relatados pelos acompanhantes, ficando evidente que, com o passar do tempo e a frequência da prática, os avanços são mais perceptíveis, conforme relatos de pais acompanhantes:

Com a terapia ele fica muito mais feliz; aceita mais as coisas; sem terapia ele muda muito, sinto muito agradecida as pessoas do Girasso![1] (AC1).

Ele desenvolveu muito. Não se comunicava bem, teve bastante avanço, é outra pessoa. principalmente na escola (AC2).

A partir dos dados obtidos na quarta pergunta, foi possível conhecer que atualmente sete praticantes estão, em média, há um ano no Projeto; já os veteranos que participam a mais tempo, totalizam os outros sete. Outro dado revelado nesses depoimentos é que os benefícios pedagógicos da equoterapia são visualizados, inclusive, em praticantes novatos, sendo possível perceber melhorias concretas nas atividades cotidianas e escolares, corroborando, assim, com os objetivos pedagógicos equoterápicos.

DIZERES DOS PEDAGOGOS COLABORADORES

O CES conta em seu quadro de profissionais com duas pedagogas que trabalham diretamente com o atendimento de pacientes com TEA e um na coordenação pedagógica. Eles são responsáveis por planejar e adequar as atividades, de maneira a aproveitar o uso do ambiente e do cavalo como ferramentas que propiciem o aprendizado de maneira lúdica e descontraída. Santos (2012, p.31-32) afirma que o pedagogo

não cumpre formalmente a função de professor com suas atribuições de planejamento, orientação, avaliação e reunião de pais, mas está acima disso. O pedagogo terapeuta planeja, executa, avalia, faz conversas formais e informais e percebe que seu trabalho requer dele, algo além do que rotineiramente desenvolveria na sala de aula.

Dessa forma, é necessário que eles tenham conhecimento prévio de como essa atividade funciona. Perguntados se já haviam feito alguma formação na área que desse suporte a prática, todos responderam que já realizaram alguma formação/capacitação, sendo que uma delas ressaltou que “*é uma formação inicial [...] temos todo conhecimento prático e teórico na área do autismo e noções básicas na área da equoterapia, que nos dão condições de desenvolver essas atividades*” (P1).

O próprio Centro promove cursos periodicamente, com profissionais das diversas áreas, como assistência social, fisioterapia, fonoaudiologia, equitação, dentre outros, com o intuito de compartilhar experiências e capacitar os profissionais atuantes. Essa visão multidisciplinar é essencial, pois de acordo com Souza e Silva (2015), o trabalho deve ser multidisciplinar, com profissionais habilitados a promover atividades que atendam as especificidades de cada praticante, buscando melhorias significativas nas áreas de dificuldade enfrentadas pelo indivíduo.

O questionário permitiu entender melhor, como o pedagogo enxerga suas práticas nesse ambiente:

Nós trabalhamos a partir das questões que se apresentam como desafio para as pessoas com autismo [...] através desse olhar diferenciado, em relação educação e as questões pedagógicas, que fazem com que a gente chegue até essas pessoas, [...] trabalhando questões específicas de cada sujeito (P1).

Essas especificidades, conforme Silva (2012, p.32), devem ser trabalhadas “de forma especial, não sendo possível fazer comparações de desenvolvimento entre crianças, mesmo porque, aquele momento é ricamente único”. Já o outro pedagogo, enfatizou a interação social através do intermédio entre o profissional e o equino: “*O papel do Pedagogo é de promotor de atividades pedagógicas com o cavalo e o autista na busca de uma melhor interação social*” (P3). Corroborando com a fala de P3, outro pedagogo afirmou que “*[...] embora no começo tenham receio, acabam pegando confiança. e conseguem interagir melhor com todos e, em se tratando de autismo, conseguir avanços na interação é importante*” (P2). Tais depoimentos endossam a relevância pedagógica da equoterapia na qualidade das interações sociais, requisito fundamental para a aprendizagem.

As práticas pedagógicas citadas pelos educadores também foram indagadas, de maneira a conhecer quais as principais atividades e recursos utilizados. O atendimento é dividido em dois momentos, onde os cinco minutos iniciais são utilizados para a acomodação do praticante, que significa “o

chegar, o montar, o trajeto e o percurso final” (P1); e os outros quinze minutos são para a realização das atividades no picadeiro. Esse momento, que precede a montaria, tem como objetivo “*estimular também a interação e comunicação entre os praticantes*” (P3), através do contive para montar no cavalo, da conversa durante o percurso e dos comandos solicitados durante as atividades.

Freire, Andrade e Motti, (2005, p. 58) explicam que “a interação com o cavalo, desde o primeiro contato e cuidados preliminares até a montaria, também desenvolve novas formas de comunicação, socialização, autoconfiança e autoestima”, sendo esta compreensão compartilhada por todos os pedagogos colaboradores do CES.

Os recursos empregados para as atividades, em sua maioria, são simples. Uma das entrevistadas disse que “*são trabalhados materiais com cores, letras, simbolização*” (P2), utilizando-os de maneira lúdica e manuseando-os de acordo com um prévio planejamento semanal, realizado às sextas-feiras.

Os avanços obtidos pelos praticantes foram evidenciados por esses profissionais, conforme relatados:

Embora pouco tempo de intervenção terapêutica através da equoterapia, mas a gente já percebe avanços significativos, principalmente nos casos em que a gente tem outras formas de intervenção junto a eles e não obtivemos muito retorno, e com a terapia no cavalo a gente consegue respostas mais imediatas e mais significativas, [...] a questão da responsividade, de obedecer a comandos, comunicação e interação que é muito importante que a gente vem conseguindo avanços significativos (P1).

Com o passar do tempo é possível ver os avanços; aos poucos os praticantes conseguem ter uma autoconfiança maior, conseguem responder melhor as atividades propostas (P2).

Em seus estudos, vários autores (Freire, 2005; Santos, 2012; Souza e Silva, 2015) vêm demonstrando os avanços dessa prática para o indivíduo com TEA, com resultados similares aos descritos neste trabalho, possibilitando maior referencial sobre o assunto, além de destacar a importância do pedagogo e da dimensão pedagógica da equoterapia, oportunizando novos saberes e qualificando o processo educativo dos praticantes com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a temática em estudo, este trabalho buscou enfatizar a dimensão pedagógica das atividades equoterápicas envolvendo praticantes com TEA, assim como, os ganhos no desenvolvimento dos praticantes dessa modalidade terapêutica, sobretudo a partir das mediações lúdicas, específicas em equoterapia, que contribuem multidisciplinarmente no enfrentamento de desafios da vida cotidiana e escolar dos envolvidos.

Na terapia com cavalos, a intervenção pedagógica objetiva estimular uma melhor visão de si e de estar socialmente. Com esta intenção, o profissional da pedagogia propõe desafios para fortalecer a autoconfiança, orientar movimentos espaciais, buscar equilíbrio, desenvolver senso de lateralidade, usar linguagens comunicacionais, além dos ganhos de sensibilidade e percepção de ambientes. Nos relatos dos acompanhantes foi possível identificar melhor os ganhos obtidos pelos autistas, entre eles, no aspecto cognitivo, responsivo e interativo.

É oportuno dizer que as contribuições pedagógicas no contexto investigado possuem estreita relação com os conhecimentos formativos no campo do TEA e da metodologia terapêutica equestre. Sendo assim, a intervenção pedagógica constitui-se grande aliada no processo educativo mais amplo, proporcionando múltiplos avanços aos praticantes com TEA, além propiciar situações de

aprendizagens para o próprio pedagogo em exercício, oportunizando-lhe novos modos de ver e fazer educação.

Os dados discutidos e os resultados apresentados apontam para a necessidade de criar, ampliar e legitimar espaços de reflexão e atuação profissional de pedagogos, com relevo para os espaços educativos não formais, a exemplo do Centro de Equoterapia Superação. É preciso vislumbrar outros ambientes, para além do escolar, nos quais, sejam possibilitados o pensar e o agir pedagogicamente como um fazer referenciado.

Por fim, pretende-se, ainda, com este recorte de pesquisa em andamento, contribuir com o alargamento de discussões com vistas a proposições objetivas no campo de processos educativos inclusivos, em espaços não formais, que considerem alternativas de mediação/intervenção pedagógicas em contexto diferenciado e interdisciplinar, envolvendo a prática equestre como recurso desencadeador de múltiplas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: ARTMED, 2014, 5ª. ed.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. Disponível em: . Acesso em: 07 de Junho de 2018.

AZEVEDO, S. O papel do psicólogo na equipe de equoterapia. In: SEVERO, José Torquato (Org.). **Equoterapia: equitação, saúde e educação**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em:. Acesso em:07 de Junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006**. Disponível em: Acesso em: 07 de Junho de 2018.

CAVACO, N.A. Autismo: Uma perspectiva neuropsicológica. **Revista Omnia**, v. 3, p. 21-31, 2015. Disponível em: Acesso em:08 de Junho de 2018.

CUNHA, E. **Afeto e Aprendizagem**: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

DELORS, J. Os quatro pilares da educação. In:_____ **Educação**: um tesouro a descobrir. DF: UNESCO,2010. Disponível em: . Acesso: 11 de Junho de 2018.

FREIRE, H. B. G.; ANDRADE, P. R.; MOTTI, G. S. **Equoterapia como recurso terapêutico no tratamento de crianças autistas**. Multitemas, Campo Grande - MS, n. 32, p.55-66, ago. 2005.

FREIRE, H.B.G. Hoeseback Riding a Therapeutical Recourse for Child Carrier of a Typical Autism. In: **World Federation of Mental Health Biennial Congress**. Melbourne- Austrália, 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Educação, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: . Acesso em: 3 de Junho de 2018.

LIBANÊO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 10 ed. São Paulo:

Cortez, 2000.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M, E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. Trad. Catarina Eleonora da Silva e Jeanne Sawaya. 2.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com Autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ORRÚ, S. E. A formação de professores e a educação de autistas. **Revista Iberoamericana de Educación** (Online), Espanha, v 31, p 01-15, 2003. Disponível em: Acesso em 9 de Junho de 2018.

SEVERO, J. T. (Org.). **Equoterapia**: equitação, saúde e educação. São Paulo: Editora Senac, 2010.

SANTOS, P. F. B. **Educação Não Formal e Equoterapia**: O galope do educador na arena da terapia. Dissertação em mestrado em Educação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

SILVA M. C. **Percepção das mães de crianças atendidas em equoterapia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, 2006.

SILVA, R. Equoterapia e abordagem centrada na pessoa: uma prática em direção ao desenvolvimento humano. In: SEVERO, José Torquato (Org.). **Equoterapia**: equitação, saúde e educação. São Paulo: Editora Senac, 2010.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; NILO, O. **Tcc**: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SOUZA, M. B.; SILVA, P. L. N. Equoterapia no tratamento do transtorno do espectro Autista: a percepção dos técnicos. **Revista Ciência e Conhecimento**., v. 9, n. 1, p. 4-22, 2015.

RUSCHEL, M. O fonoaudiólogo na equoterapia. In: SEVERO, José Torquato (Org.). **Equoterapia**: equitação, saúde e educação. São Paulo: Editora Senac, 2010.

[1] Os relatos dos participantes da pesquisa foram transcritos no modo itálico para efeito de diferenciação das citações dos autores de referência utilizados neste trabalho.